

Quem teme a reforma?

Tarso Genro e Héglio Trindade*

Publicado no jornal Estado de Minas em 19/02/2005

A proposta da reforma da educação superior, que ao longo de 2004 produziu um debate amplo e diversificado entre as entidades representativas das instituições (reitores, sindicatos, estudantes), da comunidade acadêmico-científica - Academia de Ciências e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) - e da sociedade civil, tem, agora, repercutido amplamente na mídia. Num país em que as duas reformas anteriores se fizeram em períodos autoritários - governos de Vargas (1931) e Costa e Silva (1968) - trazer o tema para um debate aberto está provocando curiosas reações. Além da legítima e necessária discussão crítica do anteprojeto para aperfeiçoá-lo, há uma paradoxal convergência entre grupos que sempre estiveram em campos opostos e tornaram-se militantes de um patético conservadorismo anti-reformista que tenta desqualificá-lo: o direitismo extremo que o acusa de inspiração soviética e o esquerdismo radical que o denuncia como obra do Banco Mundial.

"Reforma universitária nunca esteve na agenda das agências internacionais, nem na dos governos da Nova República"

A corajosa iniciativa do MEC e sua importância estratégica para o futuro do País exigem uma atitude mais racional diante do debate democrático para que o anteprojeto possa ser aperfeiçoado e responda às exigências da sociedade brasileira com tão dramático déficit educacional em termos latino-americanos. Menos de 10% de nossos jovens entre 18 e 24 anos conseguem chegar às instituições de terceiro grau. A quem interessa esse atraso, quando a Argentina, o Chile e Uruguai têm índices várias vezes superiores no acesso às universidades?

O fato incontestável é que a reforma universitária nunca esteve na agenda das agências internacionais, nem na dos governos da Nova República. Estes não enfrentaram o desafio, que fora central no período militar e colocara o Brasil na vanguarda da América Latina em termos de modernização universitária. As duas dinâmicas, porém, que atingiram a educação superior latino-americana nas últimas quatro décadas, tiveram efeitos perversos para a qualidade acadêmica. De um lado, a massificação das instituições públicas nos países hispano-americanos; de outro, a privatização crescente da educação superior, da qual o Brasil é o exemplo extremo, com 75% das matrículas nas instituições privadas.

Hoje, a reforma da educação superior está no centro do debate da União Européia, após sucessivas reuniões de ministros de Educação (Paris, Bolonha, Berlim etc.) e o diagnóstico que a inspirou partiu da consciência de que, "mais do que nunca, o desenvolvimento e a qualidade de vida de uma nação dependerão de seu nível cultural e científico, que depende fundamentalmente do valor do seu ensino superior. Esta também sempre foi a estratégia dos Estados Unidos, que implantaram um amplo sistema público de universidades estaduais e dispõem de um sistema privado de alto prestígio, mas minoritário.

Na América do Sul, as instituições públicas são hegemônicas no campo da educação superior, salvo no Brasil, Chile e Colômbia, onde a privatização é dominante. Apesar dos problemas, há o consenso de que "uma boa educação superior é o melhor investimento para o desenvolvimento nacional", sendo "urgente fortalecer a vocação para aprender e

para ensinar, para pesquisar e pensar para resolver os problemas complexos de nosso tempo, para sentirmo-nos co-responsáveis na construção de uma América Latina mais autônoma, próspera e justa.

No Brasil, a principal responsabilidade de um governo que queira enfrentar tamanho desafio é tornar efetiva a letra da lei. Não basta que sucessivas constituições e leis ordinárias tenham consagrado formalmente o direito à educação, e este como bem público, se o estado - guardião do interesse geral - não assumir, em plano nacional, estadual e municipal, sua função de tornar concreto tal direito como decorrência de uma obrigação pública e implementar políticas consistentes a partir desses pressupostos. Este está sendo o norte da proposta do MEC.

Na sociedade contemporânea, conhecimento e poder se interpenetram em todos os níveis, da esfera pública ao mercado, redefinindo o significado do espaço público nas universidades e afetando na raiz sua "missão social". A resposta a esse processo tem de vir no bojo de uma reforma que aponte nessa direção e que tenha a capacidade de articular os anseios da comunidade acadêmica por uma reestruturação universitária com as demandas legítimas das instâncias representativas da sociedade. E o caminho é o estabelecimento de uma política de estado que preserve e recomponha a missão pública do nosso sistema de educação superior público e privado e o articule com o projeto de uma nação democrática, justa e soberana.

Tarso Genro, 57, advogado, é o ministro da Educação. Foi ministro da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2003).
Hélgio Trindade, professor titular de ciência política, ex-reitor da UFRS e presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes)